



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA
Avenida Getúlio Vargas, 135 - Centro. CEP 65665-000
www.saojoaodospatos.ma.gov.br



PARECER TÉCNICO - JURÍDICO INICIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 00703202201/2022

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E ACOMPANHAMENTO PRESENCIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS JUNTO A CPL/PREGOEIRO/EQUIPE DE APOIO ATÉ O ENVIO AO SACOP, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA.

I - DO RELATÓRIO

Vieram os autos do processo para análise e emissão de parecer inicial quanto à aprovação jurídica do Edital e seus anexos, o que recebemos com o fim de apresentar orientações técnicas à luz da Lei nº 8.666/93.

Trata-se de Processo Administrativo nº 00703202201, referente à Tomada de Preço, cujo objeto é a contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados de assessoria, consultoria e acompanhamento presencial de procedimentos licitatórios junto a CPL/pregoeiro/equipe de apoio até o envio ao SACOP, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração do Município de São João dos Patos - MA.

Verifica-se que há no processo os seguintes documentos: Solicitação de Despesa (SD); Projeto Básico devidamente aprovado, com orçamentos, cronograma, especificações técnicas, informação orçamentária; minuta do edital e seus anexos; Solicitação de Parecer Jurídico Inicial.

Estes são os elementos e fatos presentes nos autos.

Passemos às considerações legais sobre a aquisição de bens e serviços pela Administração Pública à luz da Constituição Federal e da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

É o relatório.

II – DA ANÁLISE E DA FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre observar que o exame dos presentes autos restringe-se aos aspectos jurídicos, excluídos aqueles de natureza técnica, desse modo, partimos da premissa de que a autoridade competente possui os conhecimentos essenciais para garantir o interesse público.

Destacar a obrigatoriedade do parecer técnico - jurídico para o cumprimento das regras licitatórias, nos termos do art. 38, IV e Parágrafo Único da Lei 8.666/93, *verbis*:

"Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

(...)

VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;

(...)

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração."

Isto posto, faz-se necessário verificar a adequação do objeto do certame à modalidade eleita.

Ora, de acordo com o encontrado nos autos, a pesquisa de mercado indicou que a despesa a ser realizada está abaixo do limite estipulado para a modalidade de Tomada de Preço, veja-se:

"Art.22. São modalidades de licitação:

(...)

II - tomada de preços;

(...)

§ 2º Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

(...)

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

(...)

II – para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

(...)

b) tomada de preços - até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais);

Assim, considerando o objeto e o valor do certame verificado nos autos, a escolha da modalidade licitatória é perfeitamente adequada.

Como já constatado neste parecer, a fase interna está devidamente instruída, com todas as peças indispensáveis ao processo de licitação, conforme disciplina os artigos 38 e 40 da Lei 8.666/93.

Acerca das cláusulas constantes do edital e da minuta contratual, todos se encontram em perfeita harmonia com as disposições da Lei 8.666/93, vez que definem objetivamente os serviços; não estabelecem condições iníquas; nem tampouco fazem exigências impertinentes de modo a frustrar a competitividade e a igualdade entre os licitantes.

III – DA CONCLUSÃO

Ex positis, com fundamento nos elementos fáticos e jurídicos acima, esta Assessoria opina pela aprovação do presente procedimento, devendo ser os autos encaminhados à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL, para as providências cabíveis e o prosseguimento do feito.

É o parecer, salvo melhor juízo.

São João dos Patos, 29 de março de 2022.

DANILO DE CARVALHO MADEIRA
Assessor Jurídico
Advogado - OAB/MA 15.793